



XVIII
SBGFA

SIMPÓSIO BRASILEIRO DE
GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA

GEOGRAFIA FÍSICA E AS MUDANÇAS GLOBAIS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ • FORTALEZA - CE • 11 A 15 DE JUNHO DE 2019

Aula de campo como recurso não convencional para o ensino de Geografia Física: relato de trabalho no Parque Nacional de Sete Cidades, Piauí

Ana Barbara Gomes de Castro^(a), Gabriel Cunha Linhares Fagundes^(b), Maurício Antonio de Sousa^(c), Rafael Leal dos Santos Oliveira^(d) e Iracilde Maria de Moura Fé Lima^(e).

^(a) Departamento de Geografia/Universidade Federal do Piauí – UFPI, babianacastro@gmail.com

^(b) Departamento de Geografia/Universidade Federal do Piauí – UFPI, gabrielclf1598@hotmail.com

^(c) Departamento de Geografia/Universidade Federal do Piauí – UFPI, mauricio07199@gmail.com

^(d) Departamento de Geografia/Universidade Federal do Piauí – UFPI, rafael.leal1@hotmail.com

^(e) Departamento de Geografia/Universidade Federal do Piauí – UFPI, iracildefelima@ufpi.edu.br

Resumo

Este trabalho teve por objetivo expor a importância da aula de campo como mecanismo fundamental no ensino de Geografia Física, a partir de uma aula de campo ocorrida no Parque Nacional de Sete Cidades, localizado nos municípios de Piracuruca e Piripiri, Piauí. Esta prática foi realizada por um professor e alunos do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Piauí, como etapa posterior ao levantamento bibliográfico, como base para a análise e organização dos principais resultados. Estes evidenciaram que a aula de campo proporcionou uma apreensão mais clara e eficaz dos conteúdos teóricos discutidos em sala de aula, referentes a área da Geografia Física.

Palavras – Chave: Aula de campo, ensino de geografia, Parque Nacional Sete Cidades.

1. Introdução

O ensino da Geografia há muito vem sendo questionado em sala de aula pelo seu caráter, na maioria das vezes, teórico e mnemônico. Critica-se que as abordagens metodológicas tradicionais, pautada em conteúdos desvinculados da realidade do aluno, sem estabelecer relações entre o que é transmitido em sala de aula e a vivência cotidiana. Desta forma, esses conteúdos do temário geográfico não se tornam suficientes e necessários, contribuindo para a falta de estímulo ao seu estudo pelos discentes. A prática de campo daria, então, um suporte metodológico complementar possibilitando maior aproveitamento na aprendizagem se vinculada aos recursos convencionas.

Os estudos de Cordeiro e Oliveira (2011) se referem ao impacto positivo no ensino e aprendizagem dos conteúdos de Geografia advindos da adoção de uma metodologia que envolva atividades práticas. Isto porque estas contribuem para uma melhor compreensão da teoria

discutida em sala de aula, com análises práticas de observação da paisagem do ambiente, por exemplo, ampliando os horizontes geográficos

A esse respeito, Justen e Carneiro (2009. p. 8) coloca que o ensino da Geografia deve oferecer ao aluno o “desenvolvimento da capacidade de observar, analisar, interpretar e pensar criticamente, observando a realidade, tendo em vista sua transformação”. Pode-se constatar nesse argumento que a observação da realidade proporciona grande contribuição para o ensino da Geografia, destacando o quanto a aula de campo é essencial, uma vez que dinamiza o trabalho do professor e viabiliza uma articulação entre a teoria e a prática dos conteúdos trabalhados em sala de aula e as observações sobre o lugar visitado.

Participar de trabalhos de campo representa, portanto, um momento do processo de produção do conhecimento que não pode prescindir da teoria, sob pena de tornar-se vazio de conteúdo, incapaz de contribuir para revelar a essência dos fenômenos geográficos (ALENTEJANO; ROCHA-LEÃO, 2006). Neste sentido, salientam estes autores, o trabalho de campo não pode ser mero exercício de observação da paisagem, mas deve partir desta para compreender a dinâmica do espaço geográfico, num processo mediado pelos conceitos geográficos.

Utilizou-se o trabalho de campo realizado em maio de 2018, na área do Parque Nacional de Sete Cidades, localizado nos municípios de Piracuruca e Piripiri, estado do Piauí como base para reflexões e elaboração deste artigo, tendo como objetivo discutir a importância das aulas de campo para o desenvolvimento dos discentes, seja no ensino da de graduação, seja nos demais níveis de ensino da Geografia.

2. Material e Método

Como etapa inicial fez-se um planejamento em sala durante as aulas das disciplinas Geomorfologia e Biogeografia, quando foram discutidos temas referentes a hidrografia, climatologia, geomorfologia, geologia, biogeografia e pedologia da região do Parque. É importante ressaltar a importância do planejamento interdisciplinar, pois a articulação dos conteúdos das mesmas promoveu resultados mais significativos. Foram levantados dados em teses, artigos, livros, imagens, mapas e filmagens do Parque Nacional de Sete Cidades, possibilitando um conhecimento geral do local. Utilizou-se uma ficha para anotações em campo, preenchida a partir das percepções obtidas pelos estudantes durante esta atividade prática.

3. Resultados

A área do Parque Nacional de Sete Cidades é parte da bacia hidrográfica do rio Piracuruca, afluente do Longá. Este, por sua vez, é parte da bacia regional do rio Parnaíba, o qual drena uma área que tem sua base geológica na Bacia Sedimentar do Parnaíba, com grandes áreas de afloramentos rochosos datados do Devoniano (LIMA, 2013). Com relação à cobertura vegetal, encontra-se na área de transição cerrado e caatinga, com predominância de espécies do cerrado (FORTES, 1996), associada às condições de umidade do clima atual tropical subúmido. O relevo apresenta-se em sete conjuntos de feições residuais tipo ruiformes (LIMA, 1987), daí sua denominação de “cidades de pedras”, com predominância de solos Neossolos Quartzarênicos nas áreas abertas à visitação.

A seguir serão destacados alguns relatos das características do Parque Nacional de Sete Cidades, no que se refere às feições geomorfológicas, tendo por base a discussão de conceitos, processos e formas de relevos identificados durante a atividade de campo.

a) Feições recobertas por polígonos

Durante a visitação, os discentes puderam observar formações rochosas cobertas por polígonos, em suas maiorias pentagonais. Acompanhados por guias nos diversos pontos observados, os professores explicaram aos alunos que essas feições poligonais têm maior resistência à erosão por estarem diretamente protegidas com as gretas de contração, apresentando manchas de concentração de líquens sobre as rochas. Sendo uma herança de condições glaciais à época de deposição da areia, quando da deposição da formação da bacia sedimentar do Parnaíba (LIMA, 2013).

Foi ressaltada durante a observação a relação entre o teor de argila nos arenitos e como o processo de desidratação dessas rochas decorrentes de variações climáticas resultou nas gretas de contração, que correspondem a pequenas e estreitas fendas superficiais. Formando uma cobertura por carapaça (Figura 1). Este é um fenômeno comum nas argilas, que, expostas ao clima quente e com acentuadas estações secas, vão perdendo água e originam pequenos polígonos, profundos ou não, dependendo do teor de argila da rocha (GUERRA, 1987). Durante a exposição, ficou nítida a eficácia da aula de campo para mostrar aos alunos na prática a ação de fatores exógenos sobre as rochas que formam os relevos residuais da área, correlacionando assuntos que os mesmos já haviam estudado em sala de aula.



Figura 1 – Fotografia da Pedra da tartaruga, destacando sua cobertura por carapaça em polígonos.
Foto dos autores (2018).

b) Arco do Triunfo

Foi observado pelo grupo que o Arco do Triunfo tem suas rochas de arenito mais expostas aos processos erosivos por não estarem dentro de uma cobertura ferruginosa, onde a docente explicou o processo erosivo denominada erosão alveolar. Observou-se também que a feição possui cores mais esbranquiçadas e menor resistência à erosão ao se comparar com as demais feições de relevos residuais do Parque (Figura 2).

Figura 2 – Fotografia do Arco do Triunfo.

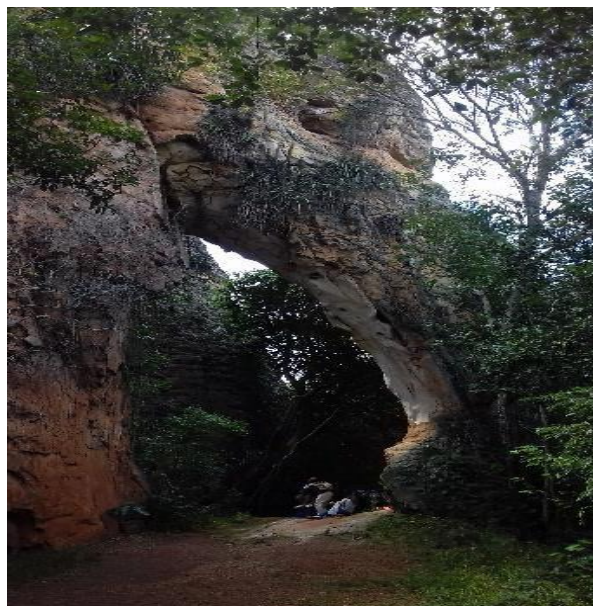


Foto dos autores (2018).

Este representa um tipo de deterioração causada pela rápida cristalização de sais solúveis, principalmente na superfície da pedra, sujeita à ação de ventos e temperaturas mais elevadas que aceleram o processo de evaporação da umidade e provocam a consequente cristalização de sais, identificados em pequenos alvéolos, acelerando a desagregação superficial. Este atua nas esculturas de arenito até atravessar as paredes rochosas de um lado a outro, dando origem a feições que evoluem para o formato de arcos. (BRASIL, 2000).

c) Ondulações cavalgares

Verificou-se a ocorrência de feições formadas por blocos rochosos apresentando morfologia caracterizadas como “ondulações cavalgares”, e encontradas nas rochas areníticas no conjunto chamado de Parque da Biblioteca. Essas formações são assim denominadas porque foram formadas devido à presença de material em suspensão nos sedimentos à época da sedimentação da bacia geológica, conforme Barros et al. (2014).

Foi explicado aos alunos durante a realização do campo que esse tipo de feição aí encontrada é resultante dos processos morfogenéticos, responsáveis por esculpir a abertura e as ondulações na vertente. As ondulações cavalgares também foram identificadas em outros locais do Parque, embora em menor frequência, em áreas de topos de conjunto de relevos residuais, tendo em destaque o mirante da Biblioteca, local de onde foi possível visualizar e estudar vários aspectos do sistema foco do estudo (Figura 3).

Figura 3 – Fotografia de ondulações cavalgares encontradas na feição de relevo chamada de Biblioteca.



Foto dos autores (2018).

Foi possível observar *in loco* e analisar as características do material rochoso do local, como clivagem, brilho, dureza e composição, perceptíveis sem o auxílio de instrumentos, onde os arenitos aparecem como predominantes em relação aos folhelhos. Assim, de forma empírica, os

discentes puderam observar melhor o aspecto estrutural da feição chamada de biblioteca e perceber como se manifestam os processos erosivos, principalmente através da ação do vento e da chuva.

4. Conclusão

Diante dos resultados, pode-se afirmar a importância que tem uma aula de campo como recurso não convencional no ensino de Geografia Física. Isto porque durante a realização do trabalho os participantes puderam associar a discussão teórica ao observado em campo, o que tornou possível uma melhor compreensão dos conceitos e termos técnicos estudados.

Assim, tornou-se possível perceber que uma aula de campo constitui um recurso muito eficaz, por proporcionar aos alunos uma melhor fixação dos conteúdos, através da observação direta da realidade de um local, como etapa da análise de um determinado espaço geográfico.

Outra contribuição dessa prática corresponde ao desenvolvimento de habilidades adquiridas durante e após a atividade, como o aperfeiçoamento da percepção e melhor assimilação dos conteúdos trabalhados em sala de aula, além de proporcionar oportunidades de discussões em grupo sobre conteúdos, antes presentes apenas de forma abstrata nos referenciais teóricos. Outro ponto a ser salientado é a relação com os participantes da aula de campo, estreitando laços afetivos entre professores e alunos, além da interação com estudantes de diferentes períodos do curso de Geografia.

5. Referencias

- ALENTEJANTO, Paulo R. Raposo. ROCHA-LEÃO, Otávio Miguez. **Trabalho de Campo: Uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado?** . Boletim Paulista de Geografia / Seção São Paulo - Associação dos Geógrafos Brasileiros. - nº 1 (1949) - São Paulo: AGB, 1949.
- GUERRA, A.J.T. **Novo dicionário geológico geomorfológico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.
- BRASIL. **Manual de Conservação de Cantarias**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, 2000 2º ed. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Man_ConservacaoCantarias_2edicao_m.pdf> Acesso em 22 de Dezembro de 2018.
- SANTOS, Janaína Carla dos et al. **Quadro Geomorfológico do Parque Nacional de Sete Cidades**, Piauí. 2001.
- SCHOBENHAUS, Carlos; SILVA, Cassio Roberto. O papel indutor do Serviço Geológico do Brasil na criação de geoparques. **CPRM–Serviço Geológico do Brasil**, 2010.
- FORTES, F. 1996. **Geologia de Sete Cidades**. Teresina, Fund. Cultural Mons. Chaves.
- MENDES, M. B. S.; SCABELLO, A. L. M. As Metodologias De Ensino De Geografia E Os Problemas De Aprendizagem: A Questão Da Apatia. Form@re. **Revista do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica**. / Universidade Federal do Piauí, Teresina, v. 3, n. 2, p.33-58, jul. / dez. 2015.
- JUSTEN, Rosângela; CARNEIRO, C. D. R. **Importância dos Trabalhos de Campo na Disciplina Geografia: Um Olhar Sobre a Prática Escolar em Ponta Grossa (PR)**. In: 10º Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia, 2009, Porto Alegre. Anais eletrônicos... Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <[http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/GT/GT4/tc4%20\(64\).pdf](http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/GT/GT4/tc4%20(64).pdf)>. Acesso em: 14 dez. 2018.
- LIMA, Iracilde Maria de Moura Fé. **Morfodinâmica e meio ambiente na porção centro-norte do Piauí, Brasil**. Águas Subterrâneas, v. 27, n. 3, 2013.